



## SÃO PAULO

Mais de 20 mil hectares já queimaram no interior do estado nos últimos três dias. Gabinete de crise instalado em Ribeirão Preto coordena ações de combate aos incêndios, 48 municípios permanecem em alerta máximo

# Queimadas deixam dois MORTOS E 66 FERIDOS

» HENRIQUE LESSA

A onda de incêndios que atinge municípios no interior de São Paulo já deixou dois mortos e 66 feridos. De acordo com o balanço da Defesa Civil estadual, divulgado na noite de ontem, subiu para 48 o número de cidades em alerta máximo para queimadas. Desde que o fogo começou, na última sexta-feira (23), mais de 20 mil hectares já queimaram na região, que teve mais de 2.300 focos de incêndio em apenas três dias.

O gabinete de crise instalado em Ribeirão Preto, uma das áreas mais atingidas pelos incêndios, está coordenando as ações de combate, que conseguiram reduzir o número de focos de 46 para 6.

Além dos esforços no combate ao incêndio, a chegada de uma frente fria, que trouxe alguma chuva para o interior paulista, elevando os índices de umidade relativa do ar, facilitaram o combate ao fogo.

"A mobilização do gabinete de crise de forma rápida para resposta de apoio às regiões afetadas pelos incêndios, assim como na região de Ribeirão Preto, demonstra o compromisso da Defesa Civil do Estado e de todas as agências envolvidas, com mais de 15 mil pessoas mobilizadas para proteger vidas e garantir assistência imediata à população afetada", disse o porta-voz da Defesa Civil, capitão Roberto Farina.

O governo federal, por meio das Forças Armadas, enviou dez aeronaves ao estado, incluindo o KC-390, preparado para atuar no combate às chamas despejando água sobre os incêndios. Sem visibilidade pela fumaça, que interrompeu as operações do aeroporto de Ribeirão Preto, a aeronave ficou de prontidão, mas retida no aeródromo do interior paulista.

O governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), comemorou o recuo no fogo e agradeceu ao apoio da esfera federal. "Estamos com uma grande mobilização de meios, eu quero

agradecer o apoio do governo federal por meio das Forças Armadas que estão aqui conosco. Estamos com helicópteros do Exército, helicópteros da Marinha. O KC-390 da Força Aérea vai ser decisivo pela grande quantidade de água. Isso vai ser muito importante para combatermos todos os focos aqui na região", disse em coletiva de imprensa.

### Ação coordenada

A ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, Marina Silva, destacou a importância da ação coordenada entre os governos estaduais e o governo federal. "Os governadores têm colaborado, ontem (sábado) eu falei com o governador Tarcísio que se comprometeu a trabalhar em conjunto, eu disse para ele que o fogo é para todos nós combatermos", garantiu.

Ela ainda comentou que, durante a conversa com o chefe do Executivo paulista, sobrevoou a área afetada e a impressão era de ver um "oceano de fogo". "Ontem conversando com o governador Tarcísio que disse que a sensação é que a gente é uma gota em um oceano de fogo", contou a ministra.

### Prisões

Duas pessoas foram presas por suspeita de atuarem em incêndios criminosos. Um deles foi preso na região de São José do Rio Preto no sábado. O segundo, detido ontem, em Batatais, é um mecânico de 42 anos, flagrado pela Polícia Militar após uma denúncia anônima, enquanto ateara fogo em uma mata próxima à região central de Batatais.

Tarcísio reforçou que o estado não tolerará a prática de queimadas e garantiu que, assim como a Polícia Federal, a Polícia Civil do estado atuará na investigação. "Isso nós não vamos tolerar (queimadas), as forças de segurança estão bem mobilizadas para impedir esse tipo de ação", disse o governador.

Para acompanhar a operação de guerra, o chefe do Executivo

Vinicius Rosa/ Governo do Estado de São Paulo



Governador Tarcísio de Freitas vai a Ribeirão Preto onde lidera mobilização contra queimadas

Divulgação/FAB



FAB emprega KC-390 Millennium no combate aos incêndios em SP

estadual passou o domingo no gabinete de crise. "Nossa força tarefa conta com mais de 7 mil profissionais e voluntários, além

de helicópteros, drones e veículos para atuar no combate ao fogo e orientação à população", disse Tarcísio.

## Emergência em saúde

Em entrevista coletiva ontem, o governo estadual anunciou um plano emergencial na área da saúde. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento das unidades de saúde da região no Noroeste do estado, uma das áreas mais críticas.

Coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o pacote de ações apresentado aos 26 municípios da região prevê a ampliação dos serviços de telemedicina, com médicos disponíveis 24 horas por dia para orientar as equipes de saúde e encaminhar os casos mais graves para hospitais de referência.

"Nosso compromisso maior é resguardar a vida das pessoas. Continuaremos adotando todas as medidas necessárias para garantir uma assistência em saúde segura e eficaz, em toda a rede pública dos municípios paulistas", ressaltou Eleusens Paiva, secretário de Estado da Saúde.

Para ampliar a capacidade de atendimento nas emergências, serão utilizadas poltronas e leitos de observação para cuidados rápidos e efetivos. Populações mais vulneráveis, de rua e de habitações precárias vão receber kits de higiene com máscara e água potável. Pontos de hidratação também serão criados em locais estratégicos na região.

Outra frente definida em reunião com representantes do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto prevê uma série de medidas para unidades básicas de saúde e de pronto atendimento e de hospitais para garantir o fornecimento adequado de energia, água e dados, inclusive com a utilização de carros-pipa em áreas que estiverem com o abastecimento comprometido.

## Rodovias e aeroportos

Ao final do dia, todas as rodovias que estavam interditadas no estado paulista foram liberadas, mas a população foi orientada a evitar trafegar pelas regiões afetadas. "É importante que motoristas evitem essas rotas até a normalização e que busquem alternativas seguras para os trajetos. Além disso, é fundamental que todos permaneçam atentos às atualizações constantes sobre as condições de tráfego monitoradas em tempo real pelas equipes de emergência e concessionárias responsáveis", disse em comunicado a Defesa Civil.

O domingo também foi de transtornos em alguns aeroportos do Brasil. Além de Ribeirão Preto, a fumaça que chegou a Goiânia acabou cancelando voos em função da baixa visibilidade. Já em Brasília que, diferente do terminal goiano, possui sistemas de pouso e decolagens por instrumentos, as operações não foram afetadas, segundo informou a assessoria da Inframérica, concessionária responsável.

ROBERTO BRANT

NA AUSÊNCIA DE PARTIDOS QUE EXPRESSEM AS IDENTIDADES E OS INTERESSES POLÍTICOS DA POPULAÇÃO, AS ELEIÇÕES NÃO PRODUZEM MAIORIAS COERENTES PARA GOVERNAR O PAÍS

## Quando os Poderes se estranham

Quando os Poderes da República se estranham, podemos ter a certeza de que o país sai ganhando. Numa democracia que se tornou tão disfuncional como a nossa, quando as instituições estão em harmonia os limites de cada um deles deixam de ser controlados pelos demais e o caminho fica aberto para toda a sorte de excessos.

No meu último artigo, comentei que a principal causa da crise em que vive o Brasil é a desordem das instituições. Embora seja ingenuidade esperar que elas venham a se reformar por sua própria iniciativa, nunca me permito esquecer de uma advertência da jornalista Dorrit Harazim, que pensamento crítico sem esperança é uma espécie de cinismo. Nada é para sempre na história e tudo pode mudar, às vezes inesperadamente.

Nesses últimos dias um desses acontecimentos imprevistos ocorreu, provocando um conflito entre o Judiciário e o Legislativo e dando lugar à esperança de mudanças virtuosas no funcionamento de ambos os Poderes que, na ausência desse conflito, com certeza não ocorreriam. Deste choque inesperado, alguns excessos do Legislativo e do Judiciário poderão sofrer algum limite, em benefício do país e da ordem democrática.

No nosso regime constitucional, não há partidos políticos no sentido real da palavra. Na ausência de partidos que expressem as identidades e os interesses políticos da população, as eleições não produzem maiorias coerentes para governar o país. O último governo que dispôs de uma maioria parlamentar orgânica foi o de Fernando Henrique Cardoso. Da primeira eleição de Luiz

Inácio Lula da Silva em diante, todos os governos nasceram sem maioria própria e tiveram que negociar com um Congresso atomizado, composto por grupos e não por partidos políticos. A moeda dessas negociações eram emendas orçamentárias, que o Governo liberava aos poucos, mediante a fidelidade dos parlamentares nas votações. Não era um método estritamente republicano, devemos convir.

Na primeira oportunidade em que um governo se mostrou fragilizado, no mandato de Dilma Rousseff, os deputados deram o troco e tornaram impositivas as liberações das emendas. Tornadas impositivas, no entanto, as emendas evoluíram para um regime de captura pura e simples do orçamento para fins exclusivamente paroquiais, para dizer o menos. Seu valor saltou de R\$ 15 bilhões em 2014 para

R\$ 41 bilhões em 2021, com previsão de R\$ 50 bilhões neste ano.

Além do extraordinário valor, a metade constituía o chamado orçamento secreto, no qual o deputado beneficiado com a emenda permanecia no anonimato, por razões que é fácil imaginar. Proibidas pela Justiça as emendas secretas, os parlamentares inventaram, para substituí-las, as emendas de comissão, igualmente sem transparência e rastreabilidade.

Tudo ia bem quando o ministro do STF Flávio Dino decidiu suspender o esquema, até que regras de transparência e responsabilização fossem estabelecidas. Uma decisão monocrática, como se tornou a norma no Supremo. Pela primeira vez, no entanto, a decisão individual foi prontamente levada ao colegiado e confirmada por unanimidade.

Ferido em seu interesse, o Parlamento reagiu e deu início à tramitação de uma Emenda Constitucional, já aprovada pelo Senado, que restringe quase

completamente as decisões monocráticas dos juízes do Supremo e estabelece que qualquer decisão cautelar deva ser prontamente submetida ao plenário, devolvendo a Corte o caráter de colegiado que é da natureza da sua existência.

O Supremo é constituído de 11 juízes, cada um deles escolhido discricionariamente pelo Presidente da República, que em sua escolha naturalmente leva em conta a identidade de visão política do indicado. Este caráter político de cada ministro se dissolve nas decisões colegiadas no plenário de 11 juízes, cada qual com sua própria origem e identidade. Essa pluralidade é que assegura o caráter democrático do tribunal e sua legitimidade.

Assim, do nada, nascem duas mudanças que enfrentam os excessos dos Poderes e restituem um pouco de virtude democrática às nossas instituições. Sem o conflito e a desarmonia, nada aconteceria. No fundo este é o modo de funcionamento das democracias.